



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.922, DE 2019
(Da Sra. Talíria Petrone)

Lei Geral de Proteção aos Comerciantes Ambulantes.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-10193/2018.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os comerciantes ambulantes, camelôs e feirantes aqui entendidos como as pessoas físicas e microempreendedores individuais que exerçam essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido em lei ou regulamento, apregoando suas mercadorias em local fixo ou em movimento, quando autorizados pelo poder público, não deverão sofrer injustificada repressão de suas atividades, nem apreensão de suas mercadorias.

§ 1º Legislação local, ou ausência de legislação local, não pode servir de justificativa para repressão de suas atividades, nem apreensão de suas mercadorias.

§ 2º A fiscalização do comércio ambulante não poderá se utilizar de meios violentos, nem humilhantes, sendo as abordagens, quando necessárias, realizadas com respeito e civilidade em reconhecimento ao direito ao trabalho e a dignidade dos comerciantes.

Art. 2º As mercadorias vendidas pelos comerciantes ambulantes deverão estar acompanhadas da comprovação de sua aquisição legal, satisfazer os requisitos sanitários de qualidade e garantia ao consumidor.

§ 1º Para a comprovação da aquisição legal das mercadorias, deverá o vendedor, caso não seja o fabricante, possuir documento que comprove sua aquisição mediante notas fiscais, recibos ou documentos de efeito equivalente.

§ 2º Para o fim de satisfação dos requisitos sanitários, de qualidade e garantia, o vendedor deverá pôr à disposição da fiscalização específica amostras do produto, no caso de comestíveis, bebidas ou refrigerantes e, no caso de bens industrializados, deverá dispor de instrumento do fabricante que permita atestar garantia ao adquirente.

§ 3º No caso de produtos de origem estrangeira deverá o vendedor comprovar sua importação regular e o pagamento dos tributos na importação ou que o valor dos produtos corresponde ao estabelecido nas regras de isenção.

Art. 3º Nenhuma mercadoria deverá ser arbitrariamente apreendida, salvos nos casos de incontestável ilegalidade da venda ou nas situações em que gere risco de perigo comum.

Art. 4º Caso o comerciante não apresente a documentação comprobatória de sua autorização para o trabalho ou da aquisição legal das mercadorias estará sujeito a multa proporcional ao valor da mercadoria que possui em mãos.

§ 1º Caso apenas parte da mercadoria não possua comprovação de aquisição legal só esta parte será utilizada para o cálculo do valor da multa.

§ 2º Caso comprovadamente o comerciante seja reincidente na não apresentação da documentação prevista neste artigo as multas serão aumentadas em até 30% em caso de reincidência e nas situações em que já tiver sofrido mais de cinco multas poderá ter sua licença suspensa e até cassada.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação.

JUSTIFICATIVA

As Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Camelôs e Feirantes do Brasil são importantes dinamos propulsores da economia brasileira. No entanto, ainda sofrem com tratamentos preconceituosos e excludentes que não os reconhecem na condição de trabalhadoras e trabalhadores e negam-lhes cotidianamente o direito à cidade.

De acordo com a UNICAB (União Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Camelôs e Feirantes do Brasil): *“Os processos de exclusão e criminalização do trabalho ambulante se intensificaram gravemente com a mercantilização dos espaços urbanos públicos vista nos últimos anos, ao mesmo tempo em que o aumento dos índices de desemprego leva o/a trabalhador/a – que precisa garantir o sustento de sua família – às ruas para comercializar mercadorias e assim buscar sua sobrevivência.”*

A Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio 2018 demonstra mais uma vez como os brasileiros e brasileiras reagem diante da crise: lutando. Não bastasse o comércio informal ser uma atividade ancestral, entre 2015 e 2018 o número de comerciantes ambulantes aumento 510%. São brasileiros e brasileiras movimentando a economia e buscando uma vida melhor para si e suas famílias.

Este projeto tem por objetivo impedir a criminalização do direito ao trabalho numa sociedade que não consegue prover dentro dos parâmetros formais empregos para todas as pessoas. Atualmente, temos uma taxa de desemprego próxima aos 12% sem que se apresentem mudanças significativas neste patamar nos últimos 4 anos.¹

Os brasileiros e brasileiras que não conseguem há anos se inserir no mercado formal e exercem suas atividades na informalidade devem ter sua dignidade e seu direito ao trabalho respeitados. Hoje, mais de 24,2 milhões pessoas estão no mercado informal, de acordo com o IBGE.²

Reconhecer a importância do setor informal para a economia, e assegurar o respeito aos direitos dos comerciante ambulantes não representa abdicarmos da luta por um mercado formal com mais respeito aos direitos. Nos opomos a reforma trabalhista, a reforma da

¹ <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2019-06/desemprego-de-longo-prazo-cresce-424-entre-2015-e-2019>

² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25314-desemprego-cai-para-11-8-mas-12-6-milhoes-ainda-buscam-trabalho>

previdência e a toda e qualquer reforma voltada a retirar direitos dos trabalhadores. Trata-se de garantir que os comerciantes ambulantes não sejam tratados com violência, truculência e apreensão arbitrária de mercadorias. Importante neste ponto lembrarmos que

Na atualidade, quase metade da população negra (46,9%) está na informalidade, enquanto entre brancos o percentual é de 33,7% (IBGE, 2019). A crise no mercado de trabalho atinge com mais força a vida de segmentos que, na última década, haviam conquistado mais espaço com políticas públicas e ações afirmativas.

No Rio de Janeiro não é diferente. Recente pesquisa se debruçou sobre a realidade dos camelôs atuantes no centro do Rio de Janeiro. Foram entrevistados 159 trabalhadores camelôs, sendo 109 homens (68,6%) e 50 mulheres (31,4%), destes 80% se identificam como pretos (negros e pardos)³, o que por si só justifica a realização dessa atividade como parte das comemorações no Novembro Negro e também do Dia Internacional do Camelô que se realiza no dia 14 de novembro. Nunca é demais lembrar que a Carta Mundial do Direito à Cidade estabelece:

“As Cidades devem promover a integração progressiva do comércio informal que realizam as pessoas de baixa renda ou desempregadas, evitando sua eliminação e repressão. Também se disponibilizarão espaços destinados para o comércio informal e políticas adequadas para sua incorporação à economia urbana.”

(Carta mundial pelo Direito à Cidade, Artigo XV, ponto 5)

Ademais a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua a Recomendação 204/2017, prevê que os trabalhadores ambulantes devem ter reconhecidos os direitos a liberdade de associação, trabalho decente, seguridade social, dentre outros.

Assegurar os direitos de trabalhadoras e trabalhadores do comércio informal significa lutar contra a criminalização da pobreza e da marginalização, bem como se inserir em um debate público capaz de escutar as demandas do setor e valorizar uma categoria composta majoritariamente por pessoas pretas, tornando-se, portanto, também um instrumento de luta contra o racismo estrutural.

Sala de sessões, 07 de novembro de 2019.

TALÍRIA PETRONE
PSOL//RJ

³ Disponível: <http://sarj.org.br/arquivos/upload/files/Relatorio-Camelos-na-area-central-jan-2019.pdf>

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

Recomendação 204

**Recomendação relativa à transição da
economia informal para a economia formal**

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Tendo sido convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho e tendo-se reunido na sua 104.^a Sessão 1.º de junho de 2015, e

Reconhecendo que a elevada incidência da economia informal, em todas as suas vertentes, constitui um grande desafio para os direitos dos trabalhadores, incluindo os princípios e direitos fundamentais no trabalho, para a proteção social e condições de trabalho decentes, para o desenvolvimento inclusivo e para o Estado de direito, e tem um impacto negativo sobre o desenvolvimento de empresas sustentáveis, receitas públicas e âmbito de atuação dos governos, particularmente no que diz respeito às políticas econômicas, sociais e ambientais, bem como à solidez das instituições e à concorrência leal nos mercados nacionais e internacionais, e

Constatando que a maioria das pessoas entra na economia informal não por opção própria, mas sim em consequência da falta de oportunidades na economia formal e ausência de outros meios de subsistência, e

Recordando que os défices de trabalho decente – a negação dos direitos no trabalho, a ausência de oportunidades suficientes de emprego de qualidade, a proteção social inadequada e a ausência de diálogo social – são mais acentuados na economia informal, e

Constatando que a informalidade tem múltiplas causas, incluindo questões estruturais e de governança e que as políticas públicas podem acelerar o processo de transição para a economia formal, num contexto de diálogo social, e

Recordando a Declaração de Filadélfia, 1944, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, a Declaração da OIT relativa aos Princípios e aos Direitos Fundamentais no Trabalho e respetivo Acompanhamento, 1998, e a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa, 2008, e

Reafirmando a relevância das 8 Convenções Fundamentais da OIT e das outras normas internacionais do trabalho e instrumentos das Nações Unidas pertinentes enumeradas no Anexo, e

Recordando a resolução e as conclusões relativas ao trabalho decente e à economia informal adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 90.^a Sessão (2002), e outras resoluções e Conclusões pertinentes enumeradas no Anexo, e

Afirmando que a transição da economia informal para a economia formal é essencial para alcançar o desenvolvimento inclusivo e concretização do trabalho decente para todos, e

Reconhecendo a necessidade de os Membros tomarem medidas urgentes e apropriadas para permitir a transição de trabalhadores e unidades econômicas da economia informal para a economia formal, garantindo a preservação e melhoria dos seus meios de subsistência durante a transição, e

Reconhecendo que as organizações de empregadores e trabalhadores desempenham um papel importante e ativo para facilitar a transição da economia informal para a economia formal, e

Tendo decidido adotar determinadas propostas no que diz respeito à transição da economia informal para a economia formal, o que corresponde ao quinto item da ordem de trabalhos da sessão, e

Tendo determinado que estas propostas assumirão a forma de uma Recomendação;

Adota no presente dia 12 de junho de dois mil e quinze a seguinte Recomendação, a qual poderá ser citada como a Recomendação relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal, 2015.

I. OBJETIVOS E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. A presente Recomendação fornece orientações aos Membros para:

- a) facilitar a transição de trabalhadores e unidades econômicas da economia informal para a economia formal, respeitando os direitos fundamentais dos trabalhadores e assegurando oportunidades de segurança de rendimentos, de meios de vida e de capacidade empreendedora;
- b) promover a criação, preservação e sustentabilidade de empresas e empregos decentes na economia formal, bem como a coerência entre as políticas macroeconômicas, de emprego, de proteção social e outras políticas sociais; e
- c) prevenir a informalização de empregos da economia formal.

2. Para efeitos da presente Recomendação, o termo “economia informal”:

- a) refere-se a todas as atividades econômicas dos trabalhadores e das unidades econômicas que, na lei ou na prática, não estejam cobertas ou estejam insuficientemente cobertas por disposições formais; e
- b) não cobre as atividades ilícitas, particularmente a prestação de serviços ou a produção, venda ou posse ou uso de bens proibidos por lei, incluindo a produção e o tráfico ilícitos de drogas, a fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo, o tráfico de pessoas, a lavagem de dinheiro, como definido nos tratados internacionais pertinentes.

3. Para os efeitos da presente Recomendação, as “unidades econômicas” da economia informal incluem:

- a) unidades que empregam mão de obra;
- b) unidades que são propriedade de indivíduos que trabalham por conta própria, sozinhos ou com o apoio de trabalhadores familiares auxiliares não remunerados; e
- c) cooperativas e as unidades da economia social e solidária.

4. A presente Recomendação aplica-se a todos os trabalhadores e a todas as unidades econômicas da economia informal, incluindo em particular empresas, empreendedores e domicílios:

- a) aqueles que detêm e operam unidades econômicas na economia informal, incluindo:
 - i) trabalhadores por conta própria;
 - ii) empregadores; e
 - iii) membros de cooperativas e de unidades da economia social e solidária;
- b) trabalhadores familiares auxiliares não remunerados, independentemente de trabalharem em unidades econômicas da economia formal ou informal;
- c) trabalhadores empregados com um emprego informal em empresas formais ou em unidades econômicas da economia informal ou que trabalham para elas, incluindo mas não limitado aos trabalhadores nas cadeias de subcontratação e cadeias de fornecimento, ou trabalhadores domésticos remunerados empregados por famílias; e
- d) trabalhadores cujas relações de trabalho não sejam reconhecidas ou regulamentadas.

5. O trabalho informal pode ser encontrado em todos os setores da economia, tanto em espaços públicos como privados.

6. Ao aplicar as disposições dos parágrafos 2 a 5 acima, e dada a diversidade da economia informal nos Estados membros, a autoridade competente deverá identificar a natureza e extensão da economia informal, como descrito na presente Recomendação, bem como a sua relação com a economia formal. Para tal, a autoridade competente deverá recorrer a mecanismos tripartites com a participação plena das organizações de empregadores e trabalhadores mais representativas, as quais deverão incluir na sua hierarquia, de acordo com a prática nacional, representantes de organizações representativas de trabalhadores e unidades econômicas da economia informal, que se baseiam na afiliação de membros.

II. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

7. Ao definir estratégias coerentes e integradas para facilitar a transição para a economia formal, os Membros deverão ter em conta os seguintes pontos:

- a) a diversidade de características, circunstâncias e necessidades dos trabalhadores e das unidades econômicas da economia informal, bem como a necessidade de responder a tal diversidade com abordagens individualizadas;
- b) a especificidade dos contextos, da legislação, das políticas, práticas e prioridades nacionais para a transição para a economia formal;
- c) o fato de diferentes e múltiplas estratégias poderem ser aplicadas para facilitar a transição para a economia formal;
- d) a necessidade de coerência e coordenação no âmbito de uma diversidade de áreas políticas visando facilitar a transição para a economia formal;
- e) a promoção e a proteção efetivas dos direitos humanos daqueles que operam na economia informal;
- f) a concretização de trabalho decente para todos através do respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, na lei e na prática;

.....

FIM DO DOCUMENTO